



CLIPPING



30 de
JANEIRO
2023

REPÓRTER **70**

- **Será amanhã a posse do juiz Pedro Pinheiro Sotero, que ascendeu ao desembargado pelo critério de antiguidade.**
- O magistrado ocupará a vaga do desembargador Ronaldo Marques Valle, que se aposentou no fim do ano passado. A posse do novo desembargador será às 17h, na sede do Judiciário paraense.

RD REPÓRTER
DIÁRIO

LINHA DIRETA

Encerram amanhã as inscrições de advogadas e advogados ao processo seletivo de lista tríplice para provimento de uma vaga efetiva, na classe jurista, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará), por um biênio.

A medida decorre da decisão da presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Célia Pinheiro, que determinou a retomada das inscrições, em razão do conselheiro Mauro Pereira Martins, em 26/12/2022, ter revogado liminar que havia suspenso as inscrições em 25/11/2022.

A Comissão Permanente de Proteção à Infância da Câmara Municipal de Belém iniciou o trabalho de conscientização ao abuso e exploração sexual infantil, com palestras para pais e responsáveis dos alunos, além de atividades didáticas às crianças para combater os fatores causadores do crime e identificar abusadores.

A comissão também orienta e apoia os que tiveram crianças vitimadas na família. O trabalho é feito também junto às comunidades através da conscientização, que é importante ferramenta de combate a esse tipo de crime.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Posse no TJE

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE) irá empossar seus novos dirigentes para o biênio 2023-2025. A posse acontecerá no dia 01 de fevereiro, às 17 horas, no Plenário Desembargador Osvaldo Pojucan Tavares, no Edifício Sede. A cerimônia será presidida pela atual presidente do TJE, desembargadora Célia Regina Pinheiro. A nova presidente será a desembargadora Maria de **Nazaré Gouveia dos Santos**. Antecedendo a posse, no dia 30, haverá missa em ação de graças, na Basílica Santuário de Nazaré, às 20h.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MILITARES APREENDEM MACONHA E COCAÍNA CARGA DE 135 QUILOS

Durante patrulhamento pelas águas do rio Amazonas, policiais perceberam a presença de um barco em atitude suspeita, na jurisdição de Óbidos, oeste do Pará. Houve troca de tiros e dois homens foram presos

TRÁFICO DE DROGAS

JR Avelar

Em uma semana, mais uma grande apreensão de entorpecentes ocorreu na região do oeste do Pará, com 135 quilos de skank, um tipo de maconha, e cocaína. Durante a ação, dois traficantes também acabaram presos depois de intensa troca de tiros.

Segundo as informações apuradas, o major Samaroni, comandante da 29ª Companhia Integrada da Polícia Militar, vinculada ao Comando de Policiamento Regional I, em uma fiscalização no rio Amazonas, à altura do município de Óbidos, “trombou” com os traficantes que transportavam a droga.

A lancha Acari da Polícia Militar com o major Samaroni, sargento Ordeney, cabo Tapajós e soldado Lima realizou patrulhamentos, quando percebeu uma lancha suspeita navegando no rio Amazonas.

Através de sinais sonoros foi dada ordem de parada não obedecida pelos tripulantes da lancha suspeita, que iniciaram uma fuga usando toda potência da embarcação.

Percebendo que seriam alcançados, como forma de retrain a equipe policial, os homens abriram fogo, ação cri-



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



No total, foram 120 quilos de maconha e 15 de cocaína. A mercadoria ilegal foi levada para a delegacia local, bem como os criminosos, entre eles um peruano e outro natural do estado do Amazonas
FOTOS: DIVULGAÇÃO

minosa esta que foi reprimida com seis disparos contra os criminosos, que, sem alternativa, jogaram as armas de fogo no rio e de imediato se renderam.

ABORDAGEM

Abordados com segurança, os militares realizaram uma revista no interior da embarcação, encontrando várias bolsas, contendo 120 quilos de maconha do tipo skank e mais 15 quilos de pasta base de cocaína, totalizando 135 quilos de entorpecentes.

Foram presos dois suspeitos, sendo um peruano e outro amazonense, que foram apresentados para o flagrante de tráfico de drogas interestadual no plantão da delegacia de Polícia Civil de Óbidos.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Novo Datacenter amplia estrutura de TI da Justiça estadual paraense

27 de janeiro de 2023



A entrega da estrutura que abriga os equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação ocorreu na terça-feira (24/1) - Foto: Érika Miranda / TJPA

Compartilhe

O Judiciário do Pará passou a contar com um novo Datacenter Secundário. A entrega da estrutura que abriga os equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ocorreu na manhã desta terça-feira, 24, em cerimônia conduzida pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), que tem à frente a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Projetado para ser uma solução robusta e segura, o novo Datacenter, que funciona dentro de um container isolado do prédio, substituirá o Datacenter que se localizava no interior da sede do TJPA, e que funcionava em uma sala adaptada e, portanto, não continha os recursos de segurança necessários. O novo datacenter possui espaço físico adequado para receber o dobro de equipamentos da sala antiga. Adicionalmente, conta com um nobreak de última geração diretamente conectado a um gerador exclusivo para os equipamentos de tecnologia que aprimora a disponibilidade dos serviços digitais do tribunal.

Em sua manifestação, a presidente falou sobre a importância de acompanhar as transformações tecnológicas e incorporá-las ao serviço público. “A tecnologia da informação passou por intensa aceleração no processo evolutivo nos últimos anos, assumindo papel fundamental em nossas vidas. Nesse interim, pessoas, órgãos públicos e empresas privadas foram instadas e investir, em curto espaço de tempo, em processos automatizados que substituíram ações manuais”, afirmou a desembargadora Célia Regina Pinheiro.

A magistrada também ressaltou que as tecnologias da informação ajudam a tornar o trabalho do Judiciário mais eficiente, como permitir o aumento nos índices de transparência e a maior agilidade aos processos de prestação jurisdicional. “Os investimentos nos datacenters foram cruciais. Além da automatização, eles passaram a ter funções voltadas ao monitoramento, organização e gestão eficiente para o controle das ocorrências diversas, propiciando a tomada correta e tempestiva de decisões”, afirmou.

O TJPA possui a característica própria de funcionamento ininterrupto, 24 horas por dia, quando, em seus plantões judiciais, são realizadas diversas ações de extrema relevância para o jurisdicionado. Assim, a Secretaria de Informática precisava imprimir esforços para manter todos os serviços digitais operacionais pelo maior período temporal possível e com a qualidade necessária para a adequada prestação jurisdicional.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Para garantir um funcionamento ininterrupto, essencial aos serviços prestados à sociedade, o tribunal paraense necessitava de uma estratégia de recuperação de desastres e continuidade do ambiente digital do Judiciário. Justamente com essa finalidade, o novo Datacenter foi projetado para ser uma solução completa para a segurança dos ativos de infraestrutura tecnológica.

O novo Datacenter dispõe de sala de refrigeração de precisão, sistemas de controle por sensores, proteções contra fogo, líquidos e corrosão, controle de acesso biométrico, sistema de monitoramento por imagens 24 horas, além de infraestrutura de rede estruturada para atender e viabilizar um segundo ponto físico de backup.

O projeto está alinhado ao Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação e Proteção de Dados” do Plano de Gestão do Biênio 2021-2023, que tem à frente a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, presidente do TJPA.

Fonte: [TJPA](#)

BELÉM

Instituições públicas emitem alertas sobre tentativas de golpes virtuais

Mensagens enviadas via aplicativo exigem transferências indevidas de dinheiro

Fabício Queiroz

27.01.23 18h00

O Pará tem registrado diversas tentativas de **golpes financeiros virtuais** envolvendo o uso do nome de instituições públicas. Somente ao longo desta semana, a **Polícia Rodoviária Federal (PRF)**, a **Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa)**, o **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belém (IPMB)** e o **Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)** emitiram alertas sobre essas **manobras em que se utiliza principalmente o aplicativo de mensagens WhatsApp para aliciar as vítimas**.

As práticas são semelhantes nos diferentes casos. Segundo a **PRF**, criminosos usariam o telefone (94) 9259-1275 pedindo doações para realização de uma ação social em Altamira, no sudoeste do estado. Da mesma forma, o **IPMB** informa que os golpistas tem enviado **mensagens exigindo o pagamento de quantias em dinheiro**, por meio de **transferência via pix**, como suposta garantia para o recebimento de proventos de aposentadoria e pensão por morte.

Por sua vez, o **TJPA** relata que a atuação era ainda mais ousada, utilizando inclusive o nome de magistrados, servidores e até dados pessoais das vítimas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

como forma de tornar o golpe mais convincente. Nesse caso, a **cobrança estaria relacionada ao pagamento de custas processuais**.

Na avaliação da advogada criminalista Brenda Margalho, esse tipo de prática é caracterizada como **estelionato**, que vem ganhando novas configurações com a popularização da internet. “O estelionato é uma **forma de induzir uma pessoa a erro visando obter algum proveito mediante fraude**. Tem se tornado mais comum justamente pela facilidade de usar essas ferramentas para conseguir mais vítimas”, explica a advogada, que ressalta que tem acompanhado a recorrência das diversas tentativas de golpe.

“Tenho atendido muitas situações parecidas com essas. Por exemplo, tem um golpe em que mulheres enviam fotos para homens e depois eles são procurados por supostos delegados ou advogados afirmando que existe uma prisão preventiva decretada. Em relação ao Judiciário, eu também cheguei a receber mensagens de clientes dizendo que foram acionados pedindo transferência por pix”, relata Brenda enfatizando que o **pagamento de custas processuais só ocorre após as ações terem transitado em julgado**.

Diante da vulnerabilidade a que a população está exposta, as instituições vieram a público esclarecer que não fazem qualquer tipo de cobrança por meio da plataforma. “O **Poder Judiciário do Estado do Pará não encaminha nenhum tipo de solicitação de pagamento** para a conclusão de processo por ligação e Whatsapp. A recomendação é denunciar às autoridades competentes qualquer recebimento de pedido suspeito”, divulgou o Tribunal por meio de suas redes sociais.

A PRF também aproveitou a internet para combater o golpe envolvendo a corporação. “Não pedimos doações em dinheiro e qualquer campanha de doações, que venha a ser realizada pela PRF, será divulgada por nós, em nossas redes e canais oficiais ou através dos nossos policiais da região”, explicou.

Já a **Cosanpa** divulgou nota em que afirma que **“não autoriza pagamentos de faturas por meio de aplicativo, via pix, dinheiro em espécie, por transferência bancária ou cartão de débito”**. “Se o usuário precisar emitir a segunda via da fatura, basta acessar o site www.cosanpa.pa.gov.br ou se dirigir a uma loja de atendimento presencial”, acrescenta a companhia.

Por sua vez, o **IPMB** diz que **“em hipótese alguma mantém contatos por telefone e e-mail ou envia mensagens via WhatsApp** para solicitar quantias em dinheiro à população em geral para prestar quaisquer serviços que são públicos e gratuitos, bem como para garantir pagamentos de proventos previdenciários que são direitos garantidos aos seus segurados”. O instituto também reforçou que **qualquer mensagem ou ligação suspeita deve ser comunicada à polícia**.

Brenda Margalho pontua além da comunicação às autoridades também é importante que a população adote **medidas preventivas** para evitar ser ludibriada, como verificar a veracidade de compras ou processos judiciais nos sites de empresas e tribunais. “Hoje em dia, muitos sites pedem o CPF. Se possível, evite fornecer esse número sem antes verificar para quem você está enviando ou mesmo para que esse dado não se torne público e suas informações fiquem vulneráveis. Em casos em que uma pessoa pede uma transferência de pix também é necessário atentar se é realmente aquela pessoa que vai receber o recurso. Procure ligar ou pedir para enviar um áudio para confirmar essa identidade porque esse é outro golpe que tem se tornado bastante comum”, orienta a advogada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Patrulha Maria da Penha chega a Barcarena para ajudar a reduzir agressões contra mulheres

O projeto está presente em vários municípios. O objetivo é reduzir a reincidência das agressões contra mulheres e prevenir o feminicídio

Larissa Costa

27.01.23 17h19



O prefeito Renato Ogawa assinou o documento que firmou a parceria com a patrulha (Ascom Barcarena)

O município de **Barcarena** continua avançando nas **políticas para as mulheres** e firmou acordo de **cooperação** para a implantação do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

programa **Patrulha Maria da Penha**. O ato de assinatura ocorreu no Tribunal de Justiça do Pará, em **Belém**, no último dia 16.

A **Patrulha Maria da Penha** é um **projeto desenvolvido para reduzir a reincidência das agressões contra mulheres e prevenir o feminicídio**, oferecendo acompanhamento preventivo, periódico e **garantindo proteção às mulheres em situação de violência** que possuem medidas protetivas de urgência, com base na **Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)**.

O trabalho acontece através da presença permanente de uma viatura que vai monitorar os casos específicos e terá um canal telefônico para as mulheres inseridas no programa fazerem contato. O Juiz Álvaro da Silva Sousa Álvaro, da Vara Criminal de Barcarena conta que os casos atendidos 'serão aqueles em que o perfil do agressor revela uma escalada criminoso'.

Paralelamente, o sistema judiciário fará um trabalho educativo na tentativa de transformar a realidade da violência doméstica. "Temos a perspectivas de criação dos grupos reflexivos que é outro instrumento que temos muita expectativa que possa transformar a realidade, porque esse problema de violência doméstica infelizmente é cultural e social e só as decisões judiciais, a coerção não vai resolver. É preciso ter um trabalho educativo, um trabalho de conscientização pra que isso possa realmente mudar e diminuir essa incidência. Estamos com muita esperança que isso possa trazer bons resultados e que as mulheres sejam efetivamente protegidas e libertas desse tipo de violência", afirmou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Barcarena é a 15ª comarca a aderir ao programa (Ascom Barcarena)

Para o Promotor de Justiça, Márcio Maués, o serviço materializa a garantia de que o poder judiciário, a Polícia e que toda a Rede de Proteção está atenta às mulheres que tem vivenciado uma situação de violência e que precisam das medidas de proteção. “Faz com que as mulheres se sintam acolhidas de fato pelo poder público”, comentou

A Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres, Tânia Oliveira, está entusiasmada com a nova ferramenta que tem índice zero de feminicídio nos locais onde foi implantado. “O resultado é excelente e vem para somar ao trabalho da rede de enfrentamento a violência contra a mulher no município que se fortalece progressivamente. Em apenas um ano ganhamos duas novas ferramentas que é a Patrulha Maria da Penha e a Rede Pró-Mulher”, afirma.

Para a Secretaria de Assistência Social de Barcarena, a adesão ao Patrulha Maria da Penha representa a conquista de mais um programa de proteção à mulher, agora com a união de instituições importantes como o poder judiciário,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

segurança pública e os serviços públicos da prefeitura. “A mulher vítima de violência doméstica, que já possui medida protetiva e infelizmente o agressor descumpre, pode solicitar ao juiz a inclusão dela no programa Patrulha Maria da Penha”, explicou a secretária da Semas, Francinea Dias.

A vítima terá o contato telefônico exclusivo da Patrulha Maria da Penha e poderá acionar em qualquer tempo que estiver sob risco e ameaça do agressor, sendo que o agressor também será monitorado e poderá ser preso, caso continue descumprindo as medidas protetivas.

“Com a implementação da Patrulha podemos esperar e que a cidade se tornará referência no combate contra a mulher . Essa união entre poder executivo, legislativo e judiciário vai ajudar muito trazendo maior segurança para as barcarenenses”, afirmou a Delegada da Mulher, Sawana Fontes.

Barcarena é a 15ª comarca do Poder Judiciário do Pará a aderir ao programa, executado por meio da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), do TJE/PA. O primeiro município a receber a Programa Patrulha Maria da Penha no Pará foi Belém, em 2015.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Sérgio Amorim foi exonerado assim que as denúncias vieram à tona | Ricardo Amanajás

O ex-secretário municipal de Saúde de Belém, Sérgio Amorim, virou réu em um processo criminal que poderá lhe custar até 18 anos de prisão. As acusações incluem fraudes licitatórias e até associação criminosa, para a compra de ventiladores pulmonares e monitores multiparâmetros junto à GM Serviços Comércio e Representação, no início de 2020. O caso foi um dos maiores escândalos da administração do ex-prefeito Zenaldo Coutinho, de quem Amorim era o braço-direito.

Os supostos crimes foram investigados pela Operação Quimera e denunciados à Justiça pelo Ministério Público do Pará (MPPA). Em outubro do ano passado, a juíza da 3ª Vara Criminal de Belém, Cristina Sandoval Collyer, rejeitou os pedidos de arquivamento feitos pelos advogados de defesa, recebeu a denúncia e disse existirem “fortes indícios” da participação do ex-secretário na “empreitada criminosa”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Além de Amorim também são réus no processo os empresários Genny Missora Yamada, dona da GM Serviços; e Raimundo Teixeira de Macêdo, dono da Macedo Hospitalar. Somadas, as penas dos três podem chegar a 47 anos de cadeia. Na decisão, a juíza também determinou que a Secretaria da 3ª Vara marque a data da audiência de instrução e julgamento, mas, segundo o site do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), isso ainda não ocorreu.

Devido à quantidade de testemunhas do processo, é possível até que a audiência ocorra no salão do Tribunal do Júri. As transações financeiras entre os dois empresários e a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), que Amorim dirigia na época, podem ter lesado os cofres públicos em cerca de R\$ 1,1 milhão, em valores não atualizados. Amorim é cunhado do ex-Procurador Geral de Justiça (PGJ), Gilberto Valente Martins.

As irregularidades na compra desses equipamentos hospitalares foram denunciadas pelo DIÁRIO, em 21 de junho de 2020, e em várias reportagens posteriores. Na época, Zenaldo, Amorim e seus adeptos afirmaram, a vários veículos de comunicação, que tudo não passava de “fake news” do jornal. Há suspeita de que Amorim ter determinado alterações no portal da Transparência, para modificar, irregularmente, as Notas de Empenho (NEs) da compra desses produtos.

Mas as investigações realizadas pela Diretoria de Combate à Corrupção (DECOR), da Polícia Civil, acabaram confirmando todas as informações do DIÁRIO, e não só. Elas revelaram um festival de ilegalidades poucas vezes visto: indícios de superfaturamento; fraudes licitatórias; aquisição sem contrato e dotação orçamentária; sonegação fiscal; montagem de processo.

Esquema criminoso

- Segundo o MP-PA, o “esquema criminoso”, que seria comandado por Amorim, funcionava assim: ele fazia uma dispensa licitatória beneficiando a GM Serviços com a compra de equipamentos. Só que ela não possuía esses equipamentos: eles pertenciam, na verdade, à Macedo Hospitalar, representante exclusiva das

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

fabricantes desses produtos, no Pará e Amapá. A Macedo “vendia” os equipamentos à GM (sem Nota Fiscal, pagamento, garantia ou qualquer documento), após a contratação da GM pela Sesma.

- E em pelo menos dois casos, há indícios de superfaturamento. Um deles é justamente a aquisição dos ventiladores pulmonares e monitores multiparâmetros, “vendidos” pela Macedo à GM por R\$ 390 mil, e revendidos à Sesma por mais de R\$ 720 mil, ou 85% a mais.

Ex-secretário teria tentado alterar documentos

A polícia começou a investigar o caso em junho de 2020, após uma queixa da cidadã Cleide Barra D’Assunção à DECOR. Em 9 de outubro, a Operação Quimera cumpriu mandados judiciais de busca e apreensão, na Sesma e nos endereços de Amorim, Genny e GM. Quatro dias depois, Amorim foi exonerado. Em dezembro do mesmo ano, ele, Genny e Raimundo Macedo foram indiciados pela polícia, por fraude licitatória, associação criminosa e outros crimes.

Em novembro do ano passado, a promotora Érika Menezes de Oliveira, da 1ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do MP-PA, ajuizou uma ação penal contra o trio. Mas os juízes da 1ª e da 2ª varas penais de Belém alegaram suspeição e o processo foi enviado à 3ª Vara, na qual foi, finalmente, recebido.

Segundo o MPPA, esses ventiladores e monitores foram comprados em dezembro de 2019, e entregues em 10 de janeiro de 2020. Mas o pagamento só foi realizado em 1 de abril, para aproveitar o aumento dos valores desses equipamentos decorrente da pandemia de covid-19. Mas havia outro problema. Em 2019, a Sesma realizara uma licitação, para a compra de equipamentos hospitalares, para as UPAs do Jurunas e da Marambaia, incluindo ventiladores pulmonares e monitores multiparâmetros.

Ou seja, em dezembro, quando Amorim e a GM realizaram a transação, havia uma licitação vigente para a aquisição desses produtos, mas as beneficiárias

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

eram outras empresas. No entanto, Amorim alegou que elas não teriam entregado as mercadorias, das quais necessitava com urgência, devido à inauguração da UPA da Marambaia.

Com as reportagens do DIÁRIO e o avanço das investigações, Amorim, Genny e Macedo teriam tentado “ajeitar” a documentação. Teriam sido fraudados Termos de Entrega dos equipamentos e forjadas cotações de preços. Tentou-se também criar, em documentos, uma suposta situação emergencial que justificasse àquela aquisição. Até os números de série desses produtos foram alterados, nas notas fiscais.

E, na casa de Amorim, a Operação Quimera apreendeu o que seria um “processo paralelo”, que ele estaria tentando montar, para dar “ares de legalidade” à transação. A numeração desse processo é a mesma de outro encontrado no Setor Financeiro da Sesma. Só que, no “processo paralelo”, faltavam documentos e havia folhas sem numeração.

Materiais recolhidos pela Operação Quimera também mostraram que Amorim sabia, que não poderia realizar uma dispensa licitatória: os núcleos Jurídico e de Controle Interno da Sesma emitiram pareceres mostrando que tal dispensa seria ilegal.

Tudo foi substituído por um Termo de Reconhecimento de Dívida (TRD) que, diz a polícia, não seria cabível nessa transação, e por empenhos posteriores até mesmo à entrega do material. Além disso, a polícia também constatou que não houve processo administrativo e autorização das secretarias municipais de Finanças e de Gestão (SEFIN e SEGEP), para a inserção de dados nessas Notas de Empenho posteriores, que estavam no portal da Transparência, mas foram alteradas após a primeira reportagem do DIÁRIO sobre o caso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br